



16916900



08004.000031/2022-56



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (16999040)

Data	18/01/2022	
Local	Microsoft Teams	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	Aline Rosa Roriz	CGGE
2	Beatriz Ribeiro da Silva	SPO
3	Brenda Juliana da Silva	SENAD
4	Camilla Ramos Ribeiro	AN
5	Cintya Oliveira da Silva	CGGE
6	Daniel Isaac Barros de Souza Leão	SEOPI
7	Daniela Cristina Porto	SENAJUS
8	David de Lima Freitas	SPO
9	Deborah Lucia Siqueira Botelho	CGGE
10	Devair Balena Junior	CGGE
11	Diego Mantovaneli Do Monte	SEGEN
12	Eduardo Gois de Oliveira	SENAD
13	Giovanni Magliano Junior	SENAD
14	Guilherme Alves dos Santos	SENASP
15	João Francisco Goulart dos Santos	FUNAI
16	Livia De Paula Miranda Pereira Frauches	CGGE

17	Luiz Zugliani	AN
18	Marcia Aiko Tsunoda	DEPEN
19	Maria Cardoso Grochevicz	SEOPI
20	Maria Viviane Londe	SPO
21	Matheus Jose Ferraz Fernandes	CGGE
22	Priscilla Oliveira	SENASP
23	Raíssa Guimarães	SENACON
24	Raquel dos Santos Ribeiro	AN
25	Rian Gomes Correa	SPO
26	Tiago Teixeira da Silva	SEOPI
27	Viviane Salomão Braga	SENACON
28	Wellington Clay Porcino Silva	PF
29	Wesley Leão	PRF

Pauta da reunião (16986999)	1) Apresentação Inicial 2) Pendências - Relatório de monitoramento e formulário de detalhamento 3) Revisão da Carteira de Políticas Públicas do MJSP 4) Calendário de apresentações de Políticas Públicas na CT-CGE 5) Ciclo de Monitoramento de Políticas Públicas (janeiro de 2022) 6) Apresentação - SEOPI 7) Informes Gerais 8) Encaminhamentos
--	--

- O Sr. David de Lima Freitas, Subsecretário de Planejamento e Orçamento – SPO e Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, iniciou a reunião ordinária da CT-CGE às 15:00 do dia 18/01/2022, realizada por meio do aplicativo Microsoft Teams, agradecendo a participação dos presentes, e em seguida, apresentou a pauta da reunião (16986999).
- O primeiro tópico da reunião tratou sobre pendências, de cada unidade, acerca dos formulários de detalhamento e dos relatórios de monitoramento das políticas públicas do Ministério. Foi informado que algumas unidades organizacionais ainda estão com pendências no envio destes documentos e solicitado aos representantes das referidas unidades o envio das informações o mais breve possível. O Sr. David colocou a equipe da SPO à disposição para auxiliar no que for necessário. Foi informado também sobre o percentual de detalhamento das políticas públicas do MJSP, mostrando que 82% das políticas já foram detalhadas, o que corresponde ao número de 60 (sessenta) de um total de 74 (setenta e quatro) políticas públicas da carteira vigente. Foi informado aos presentes que a apresentação da reunião e o *link* da tabela de controle, cujas pendências e demais informações de envio das unidades são registradas de forma detalhada, serão enviadas como um dos encaminhamentos de reunião e frisou que a tabela de controle também se encontra disponível no grupo da CT-CGE do aplicativo *Microsoft Teams*.
- Em seguida, o Sr. David informou sobre a Revisão da Carteira de Políticas Públicas do MJSP. Destacou que o documento foi aprovado na reunião do CGE que ocorreu no mês de dezembro, devido a mudanças de agenda. Informou sobre a publicação da Resolução SE/MJSP nº 15, de 29 dezembro de 2021 e do envio do referido documento às unidades do MJSP por meio do Ofício-Circular 3 da SPO, do dia 05/01/2022. Por fim, ressaltou que a carteira de políticas públicas pode ser acessada através do link <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/carteira>.
- Dando sequência à reunião, o Sr. David passou para próximo tópico de pauta, referente a proposta de calendário para as apresentações de políticas públicas na CT-CGE em 2022. Após apresentar a proposta, o Sr. David abriu para deliberação

dos participantes da reunião, questionando se algum dos presentes teria alguma sugestão de alteração das datas da proposta. O Sr. Diego Mantovaneli, representante da unidade SEGEN, pediu para inverter a ordem das apresentações da SEGEN. O Sr. David concordou com a alteração. Dessa forma, a Política de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública será apresentada no dia 15/02/2022 e a Política de Gestão em Segurança Pública será apresentada no dia 19/04/2022. O Sr. David deliberou mais uma vez, mas não houve nenhuma manifestação, sendo aprovado o calendário de apresentações da CT-CGE para o ano de 2022.

5. Na sequência, o Coordenador da CT-CGE informou sobre as principais alterações realizadas na carteira de políticas públicas após sua revisão. A tabela exibida pelo Sr. David apresentou o detalhamento e as principais mudanças ocorridas nas políticas públicas do Ministério.
6. O Sr. David, em seguida, apresentou o ciclo de monitoramento das políticas públicas referente a janeiro de 2022. Informou que as unidades têm até o dia 31 de janeiro para enviar o relatório de monitoramento para a caixa SEI da CT-CGE e pediu especial atenção no envio dos relatórios. Ressaltando sua importância. Informou que a CT-CGE, como colegiado, precisa melhorar e propor novas formas de utilização das informações desses relatórios, seja internamente pelos gestores do Ministério, como também pela área de comunicação. O Sr. David pediu para que os participantes também pensassem em formas de melhorar a utilização dessas informações. Explicou que já existe um fluxo bem consolidado do monitoramento do planejamento estratégico e que esse modelo também possa ser aplicado no monitoramento da carteira de políticas públicas, servindo como ferramenta para a tomada de decisões pela alta gestão.
7. Concluído o tópico anterior da pauta, foi iniciada a apresentação do detalhamento da seguinte Política Pública:

- Secretaria de Operações Integradas - SEOPI: Política de Operações Integradas – Eixo: Operações de Combate ao Crime Organizado (17020102), apresentada pela Sr. Daniel Isaac Barros de Souza Leão, representante da unidade SEOPI.

8. Após a apresentação, o Sr. David informou que está sendo feita uma ação buscando fortalecer o fluxo das informações apresentadas pelas unidades, no sentido de subsidiar o Ministro, por meio de um painel com dados referentes a: a) apreensão de drogas, b) prejuízo ao crime organizado, c) quantidade de pessoas presas, entre outras informações. Além de subsidiar o Ministro, essas informações também deverão ser utilizadas para responder a demandas da Casa Civil, como a elaboração da mensagem presencial e elaboração da PCPR, evitando retrabalho para as unidades, pois as informações estarão mais acessíveis, com esse fluxo bem consolidado. Por fim, o Sr. David parabenizou a apresentação da unidade SEOPI.
9. Em seguida, o Coordenador da Comissão apresentou aos presentes as Políticas Públicas que serão apresentadas na próxima reunião ordinária da CT-CGE, prevista para o dia 15 de fevereiro de 2022.

- DEPEN – Política de Promoção da Cidadania do Preso e do Egresso – Eixo: Religião
- SEGEN: Política de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública

10. Com relação ao tópico relativo aos informes gerais, o Sr. David apresentou os projetos e indicadores estratégicos, do Planejamento Estratégico MJSP 2020-2023, que serão apresentados na próxima reunião do CGE, prevista para o dia 27/01/2022

Secretaria de Gestão e Ensino - SEGEN:

- Projeto: Compras SUSP – Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública; e
- Indicador: Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo.

Polícia Federal - PF:

- Projeto: Programa Ouro Alvo – POA; e
- Indicador: Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo.

Secretaria Nacional de Política sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD:

- Projeto: Alienação de ativos em todo o Brasil – Edição 2021; e
- Indicador: Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos.

11. Dando sequência ao tópico de informes gerais, foi informado que o início do 3º Evento de monitoramento do Plano Plurianual – PPA 2020-2023 – ano base 2021 ocorrerá a partir de 24/01/2022 e será dividido em duas etapas:

- **1º Etapa** - captação de informações relativas aos investimentos plurianuais prioritários listados no Anexo III, seção I, da Lei 13.971/2019, com destaque para a evolução física/financeira; e
- **2º Etapa** - captação das informações relativas aos demais atributos do plano (Objetivo do Programa, Meta do Programa, Investimentos Plurianuais Prioritários e Resultados Intermediários).

12. O Sr. David explicou que o objetivo desse evento é registrar e monitorar o alcance do objetivo, meta, indicador, resultados intermediários e investimentos plurianuais prioritários do Programa. O Sr. David pediu às unidades que, ao explicitar as suas entregas, dessem ênfase aos pontos positivos e às entregas relevantes realizadas no período.
13. Dando sequência ao tópico dos informes gerais, o Sr. David informou sobre a Agenda da Primeira Infância. Relembrou aos participantes que essa agenda é uma obrigação legal e que de acordo com a Lei nº 13.971/2019 os gastos relacionados a essa agenda e os resultados obtidos pelo Ministério devem ser informados ao Ministério da Economia,

devido a uma imposição legal. Dessa forma, propôs às unidades uma maior atenção a essa demanda, visto que o Ministério da Justiça e Segurança Pública será cobrado. No sentido de melhor organizar a agenda da primeira infância, o Sr. David informou que a criação de planos orçamentários com os produtos vinculados às ações transversais organizaria melhor as informações relacionadas a primeira infância. Como exemplo, falou sobre a operação Luz da Infância, em que todos os recursos gastos com essa operação devem ser colocados nesse plano orçamentário específico, afim de cumprir essa imposição legal. Em relação a Política para Mulheres, foi informado que é uma inovação prevista na LDO 2022 e que também será necessário fazer um recorte no orçamento para essa agenda, como será feito na primeira infância. Portanto, deve-se organizar um plano orçamentário para essa política e incluir nele todas as operações e recursos destinados, com o objetivo de atender os dispositivos legais.

14. Outro tópico tratado nos informes gerais foi o Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP. O Sr. David informou que foi mantido na lei de diretrizes orçamentárias a previsão de que os recursos do PNSP são despesas ressalvadas, não sendo objeto de contingenciamento. Destacou que o orçamento foi alinhado para atender as ações estratégicas do plano, ou seja, toda a parte do orçamento que se entende que tem vínculo direto com as ações do PNSP foi encaminhada ao Ministério da Economia solicitando que eles marquem esses planos orçamentários com o indicador de despesa ressalvada para que esse orçamento não seja contingenciado. A princípio foi incluída toda a ação 21 BM que é executada pelas unidades SEGEN, SEOPI e SENASP. Também foi incluído toda unidade orçamentária do FUNAD e um plano orçamentário referente ao ENCLLA da unidade SENAJS. Por fim, o Sr. David informou que está sendo feito um trabalho para incluir a ação de Tecnologia da Informação na parte relacionada ao PNSP nessas despesas não contingenciadas.
15. Em seguida, o Sr. David informou sobre o Relatório de Gestão. Lembrou aos participantes que o prazo para o envio das informações que deverão compor o Relatório encerra-se no dia 21 de janeiro e ressaltou a importância do cumprimento dos prazos pelas unidades do MJSP. Solicitou às unidades que observassem a confiabilidade dos resultados informados, a fim de evitar divergências nas informações encaminhadas para compor os diversos relatórios institucionais e, consequentemente, problemas com órgãos de controle. Concluindo esse tópico, colocou a equipe da CCGE à disposição das unidades para sanar qualquer dúvida.
16. No último tópico dos informes gerais, o Sr. David informou a saída do servidor Fabiano Brandão, chefe da DPG para o Ministério da Economia e da sua substituição pela servidora Natália Rocha, que dará continuidade aos trabalhos da divisão.
17. Por fim, o Sr. David abriu a palavra para que os participantes fizessem algum apontamento ou sugestão de pauta para a próxima reunião, mas não houve manifestação.
18. Encerrada a pauta prevista, a Sr. David Freitas agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

ENCAMINHAMENTOS:

- **CGGE enviará e-mail contendo:**

- Apresentação CT-CGE;
- Memória da reunião;
- Planilha de Controle de detalhamento e monitoramento de políticas públicas (AN, FUNAI, PF e PRF);
- Calendário de apresentações de políticas públicas na CT-CGE de 2022. (16987022)

- **Solicita-se às UNIDADES:**

- Apresentações das políticas públicas; e
- Detalhamento e monitoramento de políticas públicas pendentes por meio de processo SEI para a caixa SEI da CT-CGE.

- **Gravação da reunião:**

- Link da gravação da reunião – [Clique aqui](#)



Documento assinado eletronicamente por **Matheus José Ferraz Fernandes, Agente Administrativo(a)**, em 27/01/2022, às 09:05, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Clay Porcino Silva, Usuário Externo**, em 27/01/2022, às 09:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **DEBORAH LUCIA SIQUEIRA BOTELHO, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - Substituto(a)**, em 27/01/2022, às 09:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ROSA RORIZ, Chefe da Divisão de Planejamento e Apoio à Gestão - Substituto(a)**, em 27/01/2022, às 10:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA VIVIANE LONDE, Contador(a)**, em 27/01/2022, às 10:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior, Diretor(a) de Gestão de Ativos**, em 27/01/2022, às 11:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDO ZUGLIANI, Usuário Externo**, em 27/01/2022, às 12:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 27/01/2022, às 12:39, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Gois de Oliveira, Chefe do Serviço de Apoio à Divisão de Atualização da Informação**, em 27/01/2022, às 16:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 28/01/2022, às 09:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME ALVES DOS SANTOS, Chefe da Divisão de Monitoramento Estratégico**, em 01/02/2022, às 16:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Brenda Juliana da Silva, Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 02/02/2022, às 08:50, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Raíssa Guimarães Carvalho, Assistente Técnico(a)**, em 02/02/2022, às 10:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Salomão Braga, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 02/02/2022, às 10:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **16916900** e o código CRC **AC746EFC**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.